

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Balanços Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes caixa	<b>5</b>	27.230	14.387
Contas a receber de clientes	<b>6</b>	8.342	5.412
Tributos a recuperar	<b>7</b>	4.633	1.554
Almoxarifado		654	502
Outros valores a receber	<b>8</b>	1.000	1.014
<b>Total circulante</b>		<b>41.859</b>	<b>22.869</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo	<b>16</b>	1.409	1.604
Imobilizado	<b>9</b>	218.424	229.417
Intangível	<b>9</b>	950	1.380
<b>Total não circulante</b>		<b>220.783</b>	<b>232.401</b>
<b>Ativo total</b>		<b>262.642</b>	<b>255.270</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**



	<b>Nota</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	<b>10</b>	12.089	9.099
Obrigações trabalhistas	<b>11</b>	6.659	7.273
Obrigações tributárias	<b>12</b>	6.730	4.833
Recursos municipais – Eventos	<b>13</b>	20.670	850
Empresas municipais	<b>14</b>	327	1.531
Adiantamentos de clientes	<b>15</b>	8.631	8.093
Receita diferida ISS/IPTU	<b>12</b>	1.256	1.256
Outras exigibilidades		2.954	187
<b>Total circulante</b>		<b>59.316</b>	<b>33.122</b>
<b>Não circulante</b>			
Empresas municipais	<b>14</b>	1.419	1.656
Obrigações tributárias	<b>12</b>	71.234	72.127
Provisões para contingências	<b>16</b>	73.740	73.326
Adiantamento de clientes	<b>15</b>	266	144
Receita diferida – ISS/IPTU	<b>12</b>	18.114	19.371
Subvenções para investimentos	<b>17</b>	11.336	15.475
<b>Total não circulante</b>		<b>176.109</b>	<b>182.099</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>18</b>		
Capital social		216.713	216.713
Adiantamentos para futuro aumento de Capital		29.420	-
Reserva de reavaliação		117.355	118.331
Prejuízos acumulados		(336.271)	(294.995)
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>27.217</b>	<b>40.049</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>262.642</b>	<b>255.270</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**



	<b>Nota</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>19</b>	<b>129.622</b>	<b>94.001</b>
Deduções da receita		(14.784)	(15.891)
<b>Receita líquida</b>		<b>114.838</b>	<b>78.110</b>
 Custo dos serviços prestados	 <b>20.1</b>	 (88.334)	 (64.949)
<b>Resultado bruto</b>		<b>26.504</b>	<b>13.161</b>
 <b>Despesas operacionais</b>		 (66.533)	 (65.561)
Despesas administrativas	<b>20.2</b>	(69.086)	(69.493)
Outras receitas operacionais		2.553	3.932
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(40.029)</b>	<b>(52.400)</b>
 <b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas/Despesas financeiras, líquidas		(2.531)	(2.642)
<b>Resultado antes dos tributos sobre lucro</b>		<b>(42.560)</b>	<b>(55.042)</b>
 Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
 <b>Lucro (prejuízo) líquido do Exercício</b>		<b>(42.560)</b>	<b>(55.042)</b>
 <b>Lucro (prejuízo) líquido por ação (Em reais)</b>		<b>(5,66)</b>	<b>(7,31)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**



	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b><u>(42.560)</u></b>	<b><u>(55.042)</u></b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Realização da reserva de reavaliação	1.284	1.284
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	<u>(308)</u>	<u>(308)</u>
	<b>976</b>	<b>976</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(41.584)</u></b>	<b><u>(54.066)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio**  
**Líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**



	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>149.199</b>	<b>60.293</b>	<b>119.307</b>	<b>(241.237)</b>	<b>87.562</b>
Aumento de capital	67.514	(67.514)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	19.743	-	-	19.743
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.284)	1.284	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	308	-	308
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(55.042)	(55.042)
Recursos governamentais	-	(12.522)	-	-	(12.522)
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>216.713</b>	<b>-</b>	<b>118.331</b>	<b>(294.995)</b>	<b>40.049</b>
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	29.420	-	-	29.420
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.284)	1.284	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	308	-	308
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(42.560)	(42.560)
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>216.713</b>	<b>29.420</b>	<b>117.355</b>	<b>(336.271)</b>	<b>27.217</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**



	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades operacionais</b>	<b>(28.555)</b>	<b>(34.287)</b>
<b>Lucro / Prejuízos líquido do exercício</b>	<b>(42.560)</b>	<b>(55.042)</b>
<b>Ajustes – itens que não afetam o caixa:</b>	<b>14.005</b>	<b>20.755</b>
Depreciação e amortização	11.959	7.382
Resultado de baixa de ativo imobilizado e intangível	301	-
Reclassificações do imobilizado para despesas	472	-
Realização de subvenção em imobilizado	(4.139)	-
Juros e variações monetárias	3.939	4.218
Receita diferida realizada	(1.256)	(1.256)
Provisões para contingências	414	12.483
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.956	(2.257)
Provisão de férias	(641)	185-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>13.287</b>	<b>(5.711)</b>
Clientes	(5.886)	7.574
Almoxarifado	(151)	(109)
Despesas antecipadas	(68)	(725)
Tributos a recuperar	(3.080)	1.048
Depósitos judiciais	194	(308)
Outros ativos	82	(54)
Fornecedores	2.990	(884)
Obrigações tributárias	(2.937)	(5.164)
Obrigações trabalhistas	27	473
Adiantamentos de clientes	660	(3.034)
Recursos federais – obra PAC	2.954	-
Recursos municipais – Eventos	19.821	(2.956)
Outros passivos	(1.319)	(1.572)
<b>Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais</b>	<b>(15.268)</b>	<b>(39.998)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
(Aquisição) / baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.309)	(1.528)
<b>Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento</b>	<b>(1.309)</b>	<b>(1.528)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para aumento de Capital	29.420	19.743
Recursos governamentais	-	2.954
<b>Recursos líquido originado em atividades de financiamento</b>	<b>29.420</b>	<b>22.697</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.843</b>	<b>(18.829)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>14.387</b>	<b>33.216</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em no final do exercício</b>	<b>27.230</b>	<b>14.387</b>
	<b>12.843</b>	<b>(18.829)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**



	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receitas</b>		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	129.622	94.001
Outras Receitas	2.553	3.932
Receitas Canceladas	(1.974)	(7.440)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.956)	298
	<b>127.245</b>	<b>90.791</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(77.999)	(56.309)
	<b>(77.999)</b>	<b>(56.309)</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>49.246</b>	<b>34.482</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(11.959)	(7.382)
	<b>(11.959)</b>	<b>(7.382)</b>
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa</b>	<b>37.287</b>	<b>27.100</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		
Receitas financeiras	2.542	2.578
	<b>2.542</b>	<b>2.578</b>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>39.829</b>	<b>29.678</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>39.829</b>	<b>29.678</b>
Remuneração do trabalho	<b>55.243</b>	<b>61.125</b>
Remuneração de Governos	<b>26.142</b>	<b>22.761</b>
<i>Federal</i>	21.060	16.942
<i>Municipal</i>	5.082	5.819
Remuneração de capitais de terceiros	<b>1.004</b>	<b>834</b>
Lucros retidos, (prejuízos) do exercício	<b>(42.560)</b>	<b>(55.042)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia autorizou em 20 de março de 2020 a publicação das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas informações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2018.

a) Moeda funcional – As informações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;



b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);
- Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

c) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o exercício de 2019 e exercício de 2018 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

e) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas informações financeiras intermediárias pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

f) Almoxarifado – Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

g) Imobilizado – O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos,

(reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 9;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento

Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

n) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

o) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

p) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2019, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

#### **4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS**

##### **a) Normas e interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 2019**

###### CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil:

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia avaliou seus contratos e considera que a interpretação não gera impacto sobre suas demonstrações financeiras, de forma que nenhum registro foi efetuado.

###### ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, emitido em dezembro de 2018, com efeito a partir de 1ª de janeiro de 2019:

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS

12 (CPC 32, especificamente relacionados ao imposto de renda e a contribuição social). Em resumo, se é provável que a autoridade tributária irá aceitar o tratamento fiscal, os valores das demonstrações contábeis são os mesmos que os apresentados nas informações fiscais. No entanto, se não é provável, os valores apresentados nas demonstrações contábeis não são os mesmos que os apresentados nas demonstrações fiscais, pois sua mensuração refletirá a incerteza. Com base em estudo de conformidade tributária, a Companhia considera que a interpretação não impactou as suas demonstrações financeiras, visto que todos os posicionamentos fiscais adotados estão amparados na legislação e jurisprudência administrativa e judicial aplicadas atualmente.

#### **b) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas e que possuem aplicação a partir de 01.01.2020 as quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia estão descritas a seguir:

- i) Revisão do CPC 00 –Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- ii) Alterações no CPC 15 (R1) –Combinação de Negócios;
- iii) Alterações no CPC 26 (R1) –Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 –Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### **5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa	46	49
Bancos	1.438	1.488
Aplicações financeiras	25.746	12.850
	<b>27.230</b>	<b>14.387</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, e estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra, resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI),

contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento. Nossas aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com remuneração média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes no País	5.147	1.998
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	7.898	5.160
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.703)	(1.746)
	<b>8.342</b>	<b>5.412</b>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulantes está demonstrada como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer:	6.165	1.246
Vencidos até 30 dias:	927	2.470
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	148	258
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	1.490	95
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	580	1.475
Vencidos há mais de 180 dias:	3.735	1.614
<b>Total:</b>	<b>13.045</b>	<b>7.158</b>

## Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo no início do período</b>	<b>1.746</b>	<b>4.004</b>
Aumento da provisão	3.248	793
Diminuição da provisão	(291)	(3.051)
<b>Saldos no final do período</b>	<b>4.703</b>	<b>1.746</b>

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ a compensar	1.797	969
CSLL a compensar	9	1
INSS a compensar	2.827	584
	<b>4.633</b>	<b>1.554</b>

## 8. OUTROS VALORES A RECEBER

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos de férias	208	289
Despesas diferidas	792	725
	<b>1.000</b>	<b>1.014</b>

## 9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019	Líquido 31/12/2018
Terrenos	-	121.122	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	129.370	(46.731)	82.639	87.555
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.353)	1.935	2.129
Estacionamento	3,45%	11.432	(5.148)	6.284	7.281
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.626)	1.384	1.496
Instalações	10%	16.090	(11.616)	4.474	7.731
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.778	(6.519)	259	773
Veículos	20%	1.205	(1.205)	-	9
Móveis e utensílios	10%	5.823	(5.526)	297	1.284
Outros ativos fixos	20% e 10%	682	(652)	30	37
<b>Total imobilizado</b>		<b>299.800</b>	<b>(81.376)</b>	<b>218.424</b>	<b>229.417</b>

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2019	Líquido 31/12/2018
Programas e sistemas	20%	2.265	(1.322)	943	1.369
Marcas e patentes	10%	103	(96)	7	11
<b>Total intangível</b>		<b>2.368</b>	<b>(1.418)</b>	<b>950</b>	<b>1.380</b>
<b>Total imobilizado e intangível</b>		<b>302.168</b>	<b>(82.794)</b>	<b>219.374</b>	<b>230.797</b>

A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação para despesa	Transferências	Depreciação	31/12/2019
Terrenos	121.122	-	-	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	87.555	961	(279)	(271)	(3)	(5.324)	82.639
Túnel de Serviços	2.129	-	-	-	-	(194)	1.935
Estacionamento	7.281	1	-	(5)	-	(993)	6.284
Ruas Praças e Jardins	1.496	-	-	-	-	(112)	1.384
Instalações	7.731	118	-	(60)	(3)	(3.312)	4.474
Máquinas e equipamentos	773	191	(11)	(41)	(7)	(646)	259
Veículos	9	-	-	-	-	(9)	-
Móveis e Utensílios	1.284	35	(11)	(85)	13	(939)	297
Outros ativos fixos	37	3	-	(10)	-	-	30
<b>Total Imobilizado</b>	<b>229.417</b>	<b>1.309</b>	<b>(301)</b>	<b>(472)</b>	<b>-</b>	<b>(11.529)</b>	<b>218.424</b>
Programas e Sistemas	1.369	-	-	-	-	(426)	943
Marcas e Patentes	11	-	-	-	-	(4)	7
<b>Total Intangível</b>	<b>1.380</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(430)</b>	<b>950</b>
<b>Imobilizado e Intangível</b>	<b>230.797</b>	<b>1.309</b>	<b>(301)</b>	<b>(472)</b>	<b>-</b>	<b>(11.959)</b>	<b>219.374</b>



O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou indicativos da necessidade de constituição de provisão.

É importante ressaltar que o Ativo Imobilizado de R\$218.424 mil é composto de 55% de terrenos computado a preços de custo (R\$121.122 mil), 42% de edificações e os restantes 3% em outros equipamentos.

O ativo intangível é composto por programas e sistema de informática e marcas e patentes.

## 10. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer:	8.412	4.305
Vencidos até 30 dias:	700	1.674
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	44	52
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	-	14
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	273	-
Vencidos há mais de 180 dias:	2.660	3.054
<b>Total:</b>	<b>12.089</b>	<b>9.099</b>

Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

A Lei federal 13.303/16, (Lei das Estatais) trouxe maior autonomia às estatais de forma a mantê-las mais competitivas diante do mercado, com a possibilidade de o conselho de administração poder determinar o aumento de valores a serem adquiridos mediante contratação direta, novos critérios de julgamento de propostas e outros procedimentos auxiliares de licitação. O planejamento se tornou mais comprometido, tendo em vista a necessidade de mapa de riscos nas aquisições e contratações de forma geral.

## 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2019	31/12/2018
FGTS	-	282
INSS empresa	1.660	1.315
INSS retido	180	183
Férias e encargos	4.259	4.900
IRRF	560	593
	<b>6.659</b>	<b>7.273</b>

## 12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS / RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	14	17
Parcelamento IPTU/ISS	4.558	4.300
Impostos a recolher:		
COFINS a recolher	1.359	238
PIS a recolher	294	51
Impostos retidos	505	227
	<b>6.730</b>	<b>4.833</b>
<b>Não circulante</b>		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	65.711	66.296
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	5.523	5.831
	<b>71.234</b>	<b>72.127</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>77.964</b>	<b>76.960</b>

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2019 e 2018 foram pagos R\$ 4.441 e R\$ 4.182 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 162 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2019 era de R\$ 70.269.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

### Receita diferida ISS/IPTU

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	1.256	1.256
Não circulante	18.114	19.371
	<b>19.370</b>	<b>20.627</b>

### Composição da dívida atualizada

Total da dívida na adesão em 06/2006	71.228
Benefícios	(36.333)
<b>Dívida parcelada</b>	<b>34.895</b>
Amortizado	(16.411)
Correção taxa Selic	51.785
Saldo em 31/12/2019	<b>70.269</b>



Dos benefícios fiscais foram reconhecidos como receitas realizadas o montante de R\$16.963.

### 13. EVENTOS A REALIZAR

	31/12/2019	31/12/2018
Carnaval 2020	3.819	850
Eventos diversos	14.608	-
Réveillon na Paulista	2.243	-
	<b>20.670</b>	<b>850</b>

Em 13/07/2018, a partir do Decreto nº 58.319/2018 a PMSP revogou o Decreto 46.356/05 pelo qual a SPTURIS possuía exclusividade no que se refere aos seguintes eventos: Festa oficial de "Réveillon", aniversário da Cidade, Carnaval, Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, festejos de Natal e São Paulo "Fashion Week".

### 14. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à SPTuris um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a SPTuris ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 1.746 em dezembro/19, sendo R\$ 327 no curto prazo e R\$ 1.419 no longo prazo. E em dezembro/18, R\$ 3.187, sendo R\$ 1.531 no curto prazo e R\$ 1.656 no longo prazo.

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
SPTRANS	327	311
PRODAM	-	577
CET	-	379
SP URBANISMO	-	264
	<b>327</b>	<b>1.531</b>
<b>Não circulante</b>		
SPTRANS	1.419	1.656
	<b>1.419</b>	<b>1.656</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>1.746</b>	<b>3.187</b>

## 15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	3.743	3.668
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	2.668	2.721
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.773	979
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	116	324
Adiantamentos de clientes	331	401
	<b>8.631</b>	<b>8.093</b>
<b>Não circulante</b>		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	<b>266</b>	<b>144</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>8.897</b>	<b>8.237</b>

Incertezas quanto ao resultado do processo de privatização ou dissolução, liquidação e extinção da Companhia, em andamento, a facilidade da experiência virtual com produtos oferecidos pelas empresas, e também a possibilidade de participação em eventos via tecnologia embarcada na Internet, são fatores que têm prejudicado a presença física do público nos eventos, refletindo no volume de cessões de nossas áreas.

## 16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em certos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias
<b>Saldo no início do período 31/12/2018</b>	<b>49.926</b>	<b>17.526</b>	<b>5.874</b>
Atualização dissídio e encargos	-	7.317	-
Novas provisões	8.234	139	-
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	(5.366)	637	-
Valores baixados	(6)	(4.667)	(5.874)
<b>Saldos no final do período 31/12/2019</b>	<b>52.788</b>	<b>20.952</b>	<b>-</b>

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma, foi acrescentada à provisão o ACT 2017/2018, com base na estimativa de aumento de 2% dos salários. E também acrescentada à provisão o CT 2018/2019, com base na estimativa de aumento de 4% dos salários.

Em revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas em 2017 possíveis contingências tributárias que a Administração entendeu que à época deveriam ser reconhecidas e que são as seguintes: PIS e COFINS - R\$ 5.606, IRPJ e CSLL - R\$ 268. Em 2019, ao revisar as bases das estimativas, estas provisões foram baixadas em razão de a Administração da Companhia entender que os riscos de perdas são remotos.

### Contingências com possíveis perdas

<b>Tipo de Ação</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ações Cíveis	1.453	32
Trabalhistas	1.752	-
	<b>3.205</b>	<b>32</b>

São ações de natureza cível e trabalhista que até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, mas que implicam risco potencial no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes

No atinente às ações cíveis, a maior parte das provisões está relacionada a três processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais, em 31/12/2019, o montante de R\$1.409 (R\$ 1.604 em 31 de dezembro de 2018).

## 17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2019 o montante de R\$ 15.958 e aplicados R\$ 13.108 em obras.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Ações Preferenciais Classe A</b>	<b>Ações Preferenciais Classe B</b>	<b>Total</b>	<b>Capital social 31/12/2019</b>
Saldos em 31/12/2019	<b>7.389.933</b>	<b>44.853</b>	<b>87.368</b>	<b>7.522.154</b>	<b>216.713</b>

A empresa contava com 3.567 acionistas em 31/12/2019. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B.

#### Cotação mínima, média e máxima nos últimos seis meses (em R\$)

Ação	Mínimo	Média	Máximo	Quantidade de Negócios
AHBE3	113,50	124,75	136,00	11
AHBE5	95,61	95,61	95,61	1
AHBE6	80,00	80,00	80,00	1

#### b) Adiantamentos para futuro aumento de Capital

Data do adiantamento	Saldo em 31/12/2019
05/09/2019	18.708
06/12/2019	5.922
12/12/2019	2.187
27/12/2019	2.603
	<b>29.420</b>

#### c) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>124.162</b>	<b>(5.831)</b>	<b>118.331</b>
Realização da reserva de reavaliação	(1.284)	-	(1.284)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	(308)	(308)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>122.879</b>	<b>(5.524)</b>	<b>117.355</b>

### 19. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita

Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receita bruta</b>		
Eventos	91.161	43.623
Pavilhão	11.535	15.769
Palácio	9.481	8.376
Polo Cultural	5.789	5.513
Outras Locações	4.360	4.699
Estacionamento	4.775	5.801
Telecom	2.200	2.804
Autódromo de Interlagos	321	7.417
	<b>129.622</b>	<b>94.001</b>
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(12.810)	(8.451)
Outras deduções da receita	(1.974)	(7.440)
<b>Receita líquida</b>	<b>114.838</b>	<b>78.110</b>

## 20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

### 20.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Mão de obra, serviços e equipamentos	71.383	47.457
Utilidades e Serviços	12.204	12.158
Depreciação	4.747	5.334
	<b>88.334</b>	<b>64.949</b>

### 20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Remunerações, encargos sociais e benefícios	46.794	41.509
Utilidades e serviços	350	382
Honorários	846	673
Manutenções e locações	1.836	1.418
Despesas gerais	10.018	10.190
Propaganda e publicidade	163	553
Tributos, taxas e contribuições	737	1.182
Depreciações e amortizações	4.971	1.401
Provisões e reversões de provisões	3.371	12.185
	<b>69.086</b>	<b>69.493</b>

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

## 21. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2019	2018
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.414	116.477
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de mercado

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### a) Composição dos saldos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 estão identificados a seguir:

	Saldo contábil	Valor justo
Disponibilidades (Nota 5)	27.230	27.230
Contas a receber e clientes (Nota 6)	8.342	8.342
Impostos a recuperar (Nota 7)	4.633	4.633
Outras contas a receber (Nota 8)	208	208
Fornecedores (Nota 10)	12.089	12.089
Obrigações trabalhistas (Nota 11)	6.659	6.659
Obrigações tributárias (Nota 12)	77.964	77.964
Empresas municipais (Nota 14)	1.746	1.746

## **b) Derivativos**

Durante este período, a Companhia não realizou operações com derivativos.

## **23. PARTES RELACIONADAS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas no quadro abaixo.

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta), representa, em 31/12/2019, 72,4% da receita total do ano, comparado a 49,6% no mesmo período em 2018.

Com relação à prestação de serviços para a realização de eventos, as transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média 15%, e impostos.... Não houve ocorrência de interessados para a contratação do tipo de serviço no setor privado.

Com relação às locações das áreas do complexo para partes relacionadas, R\$ 2.429 em 2019 e R\$ 3.045 em 2018, são praticados descontos entre 30% a 50% segundo critérios definidos caso a caso.

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Companhia manteve operações com o setor privado e o setor público (Prefeitura Municipal de São Paulo), sendo que o volume de transações em 2019, com o setor público, foi de R\$ 93.590, representando 72,2% da receita total do ano. Já com o setor privado o volume de transações foi de R\$ 36.032, correspondente a 27,8% da receita total.

Para locação, a Companhia pratica Tabela Única em todos os contratos, sendo que para o setor público é praticado desconto que varia de 25% a 50% e para o setor privado de 10 a 25%.



	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos</b>		
Contas a receber (Prefeitura de São Paulo)	7.898	5.160
	<b>7.898</b>	<b>5.160</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Curto prazo</b>		
PMSP Eventos a realizar	20.670	850
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.558	4.300
SPTRANS	311	311
PRODAM	-	577
CET	-	379
SP URBANISMO	-	264
	<b>25.539</b>	<b>6.681</b>
<b>Longo prazo</b>		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	65.711	66.296
SPTRANS	1.419	1.656
	<b>67.130</b>	<b>67.952</b>
<b>Resultado</b>		
<b>Receitas</b>	<b>93.590</b>	<b>46.668</b>
<b>Por eventos</b>	91.161	43.623
Eventos para a Cidade de São Paulo	62.271	35.724
Carnaval	15.847	4.275
Virada Cultural	9.417	-
Natal e Reveillon	1.904	2.371
LGBT	1.722	1.253
Receitas com locação de área PMSPs	2.429	3.045
<b>Por Secretarias da Prefeitura de São Paulo</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Turismo	69.287	3.170
Governo Municipal	9.645	33.220
Prefeituras Regionais	9.032	-
Cultura	368	2.103
Direitos Humanos e Cidadania	-	1.583
Saúde	1.579	1.513
Educação	433	723
Pessoa com Deficiência Mobilidade Reduzida	153	507
Esporte, Lazer e Recreação	388	424
Desenvolvimento, Trabalho e Emprego	179	209
Demais entidades	97	171
	<b>91.161</b>	<b>43.623</b>

## 24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no período (de janeiro a dezembro) foi de R\$ 2.085 (R\$ 2.035 em 2018). Como pessoal-chave



entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

## 25. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

Em 07/11/2019 foi encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei nº 749/2019 que dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da Companhia, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação acionária prevista na Lei nº 16.766/2017.

Para aprovação o projeto dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, em conformidade ao art. 40, § 3º, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia.

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 20 de março de 2020, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis.

### Impugnação de cobrança de IPTU

A Companhia recebeu notificações adicionais de cobrança de IPTU em razão de vistoria efetuada no imóvel da sede em junho de 2019. Tais notificações não estão reconhecidas contabilmente, tendo em vista que as respectivas matrículas, estão em processo de retificação no Registro de Imóveis, pelo que impugnamos os lançamentos para a quadra 283, processo SEI nº 6017.2020/0007572-6, e quadra 284, Processo SEI nº 6017.2020/0007548-3.

A Administração da Companhia está analisando a pertinência das notificações, entendendo, desde logo, que os lançamentos efetuados estão desconexos com a realidade fática do terreno e da área construída. A Administração espera, portanto, desfecho favorável à Companhia.

Referência ao ano da notificação	Quadra 283	Quadra 284	Total por ano
2015	2.275	1.813	4.088
2016	2.837	1.884	4.721
2017	3.197	2.038	5.235
2018	3.322	2.277	5.599
2019	3.214	2.483	5.697
	<b>14.845</b>	<b>10.495</b>	<b>25.340</b>

## **Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia entende que os impactos do COVID-19 em seus negócios dependem das políticas públicas dos Governos em relação à disseminação do vírus.

Os eventos que a Companhia realiza são em espaços abertos, para o público em geral, sem controle de acesso e sem cobrança de ingressos. Portanto, a presença de público nos eventos pode ser reduzida, sem quaisquer efeitos nos resultados da Companhia.

No entanto, existe a possibilidade de os poderes públicos determinarem o cancelamento ou adiamento dos eventos, com o fim de evitar as aglomerações e maior propagação do vírus, o que sobrecarregaria os sistemas de saúde.

Até o momento, não há quaisquer determinações quanto a cancelamentos dos eventos por parte de nossos clientes. No entanto, sendo a PMSP nosso maior cliente, o risco de perda de receita depende diretamente da postura Municipal.

Características da presente pandemia estão para ser conhecidas, como por exemplo, seu alcance e gravidade em localidades com temperaturas mais elevadas, em relação as de temperatura mais baixa da maioria dos países atualmente atingidos.

A Companhia confia que as autoridades tenham todo o bom senso de conduzir as atividades, de modo que as decisões tomadas não prejudiquem a economia como um todo, trazendo prejuízos na sociedade maiores do que a doença em si poderia causar.

Alinhados com as práticas das companhias em todo o mundo, buscamos soluções com ênfase no trabalho remoto, redução do uso do transporte público e controle dos contatos, o que entendemos que contribuirá para a redução da disseminação do vírus.

\*\*\*